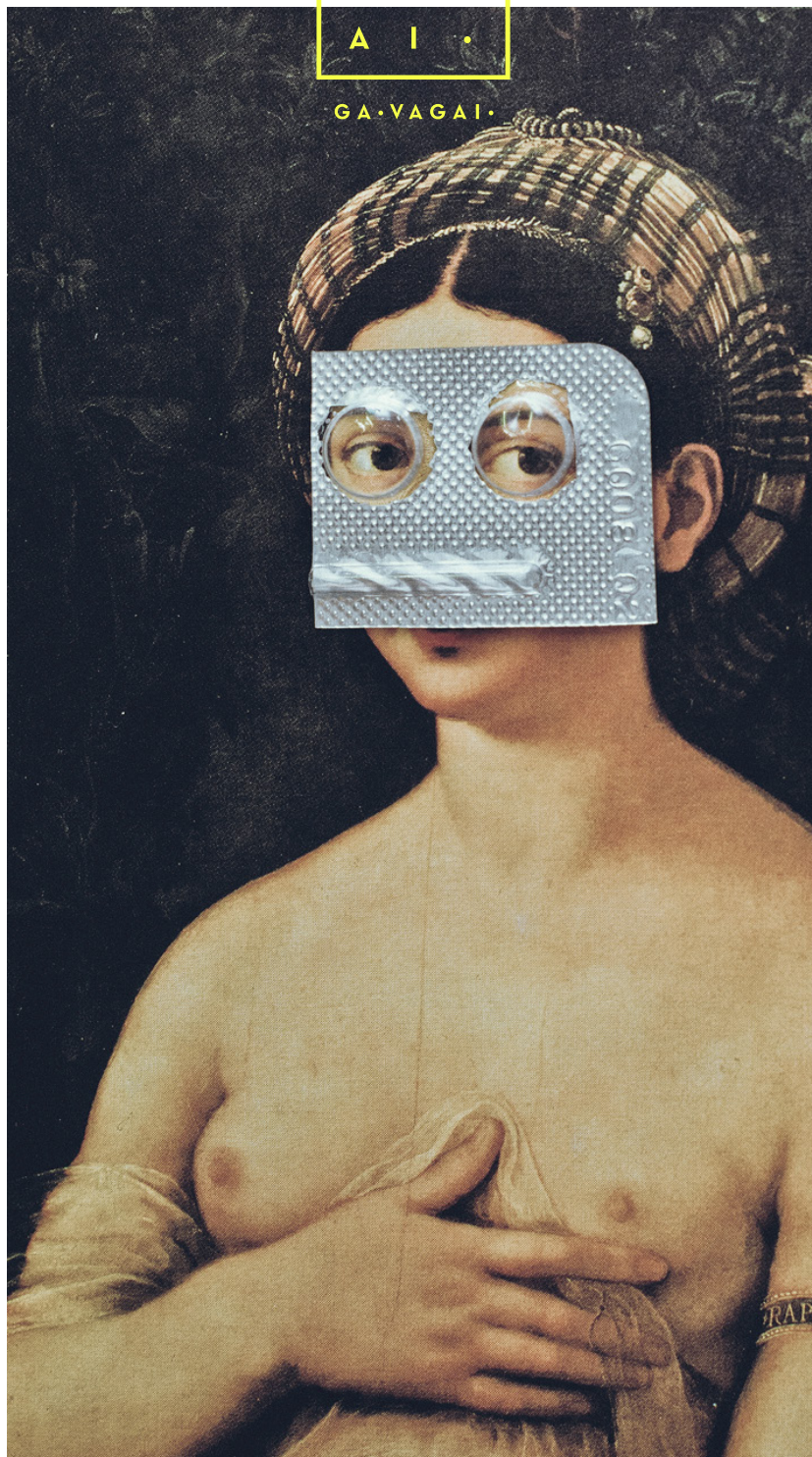


G A •  
V A G  
A I •

GA•VAGAI•





• GAVAGAI •

• REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES •

Grupo de Trabalho do Mestrado de Ciências Humanas  
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim

Endereço para correspondência / Dirección postal / Mailing address  
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim  
Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades  
Av. Dom João Hoffmann, 313,  
Bairro Fátima, junto ao Seminário Nossa Senhora de Fátima  
Erechim / RS . CEP 99700.000

Fone: (54) 3321-7050  
E-mail: [gavagai@gavagai.com.br](mailto:gavagai@gavagai.com.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade  
Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. - Vol. 1, n. 1 (mar./abr.  
2014). - Erechim: [s.n.], 2014.

Semestral

1. Periódico. 2. Interdisciplinar. 3. Ciências Humanas.  
4. Humanidades. I. Universidade Federal da Fronteira Sul.  
II. Título.

CDD: 300







GA·VA·AAI·



JOHN R. SEARLE NOMES PRÓPRIOS | TRAD. JERZY BRZOZOWSKI

• NOMES PRÓPRIOS •

• JOHN R. SEARLE •

Originalmente publicado em Mind, v. LXVII, n° 266, abril de 1958, p. 166–173.

• JERZY BRZOZOWSKI •

Professor do curso de Licenciatura em Filosofia: Universidade Federal da Fronteira Sul  
Campus Erechim- Email: jerzyab@gmail.com

## NOMES PRÓPRIOS

POR JOHN R. SEARLE<sup>1</sup>

[[166] Os nomes próprios têm sentidos? Frege<sup>2</sup> argumenta que eles devem ter sentidos, caso contrário, pergunta ele, como poderiam as afirmações<sup>3</sup> de identidade ser outra coisa que não trivialmente analíticas. Como pode, pergunta ele, uma afirmação da forma  $a = b$ , se verdadeira, diferir em valor cognitivo de  $a = a$ ? A resposta dele é que embora “a” e “b” tenham o mesmo referente, elas têm, ou podem ter, *sentidos* diferentes, caso em que a afirmação é verdadeira, embora não o seja analiticamente. Mas essa solução parece mais apropriada quando “a” e “b” são ambas descrições definidas não sinônimas, ou quando uma é uma descrição definida e a outra é um nome próprio, do que quando ambas são nomes próprios. Considere, por exemplo, afirmações feitas com as sentenças a seguir:

(a) “Túlio = Túlio” é analítica.

Mas será que

(b) “Túlio = Cícero” é sintética?

Se sim, então cada nome deve ter um sentido diferente, o que parece muito implausível à primeira vista, pois não costumamos pensar sobre os nomes próprios como tendo um sentido à maneira que os predicados o têm; por exemplo, não damos definições para nomes próprios. É claro que (b) nos fornece uma informação não veiculada por (a). Mas essa informação é a respeito das palavras? A afirmação não é sobre as palavras.

Por enquanto, consideremos a visão de que (b) é, como (a), analítica. Uma afirmação é analítica se e somente se for verdadeira em virtude das regras linguísticas apenas, sem qualquer recurso à investigação empírica. As regras linguísticas para o uso do nome “Cícero” e as regras linguísticas para o uso do nome “Túlio” são tais que ambos os nomes se referem, sem descrever, ao mesmo objeto; assim, parece que a verdade da identidade pode ser estabelecida sem que seja preciso recorrer a outra coisa além dessas regras, e a afirmação é analítica. O sentido no qual a afirmação é informativa é o sentido no qual qualquer afirmação analítica é informativa; ela ilustra ou exemplifica certos fatos contingentes sobre as

palavras, embora, é claro, não descreva esses fatos. Nesse relato, a diferença entre (a) e (b), acima, não é tão grande quanto pode parecer a princípio. Ambas são analiticamente verdadeiras, e ambas ilustram fatos contingentes sobre nosso uso dos símbolos. Alguns filósofos afirmam que (a) é [[167] fundamentalmente diferente de (b) porque uma afirmação realizada utilizando essa forma será verdadeira para qualquer substituição arbitrária de “Túlio” por outro símbolo<sup>4</sup>. Isso, desejo argumentar, não é assim. O fato de que a mesma marca se refere ao mesmo objeto em duas diferentes ocasiões de uso é um costume conveniente, porém contingente e, de fato, podemos facilmente imaginar situações nas quais esse não seria o caso. Suponha, por exemplo, que tenhamos uma língua na qual as regras para usar símbolos estão correlacionadas não simplesmente com uma palavra-tipo, mas com a ordem de aparecimento de suas ocorrências no discurso. Alguns códigos são assim. Suponha que, a primeira vez que nos referimos a um objeto em nosso discurso, usamos “x”; a segunda vez, usamos “y” etc. Para qualquer um que saiba esse código, “ $x = y$ ” é analítica e “ $x = x$ ” é sem sentido [*senseless*]. Esse exemplo foi projetado para ilustrar a similaridade de (a) e (b) acima; ambas são analíticas e ambas nos fornecem informações sobre o uso das palavras, ainda que as informações sejam diferentes. A verdade das afirmações de que Túlio = Túlio e de que Túlio = Cícero se seguem das regras linguísticas. Mas o fato de as palavras “Túlio = Túlio” serem usadas para expressar essa identidade é tão contingente quanto, embora mais universalmente convencional em nossa linguagem, que o fato de as palavras “Túlio = Cícero” serem usadas para expressar a identidade do mesmo objeto.

Essa análise nos permite ver como tanto (a) quanto (b) podem ser usadas para fazer afirmações analíticas e como em tais circunstâncias poderíamos adquirir informações diferentes a partir delas, sem nos forçar a seguir qualquer uma das soluções propostas por Frege, isto é, que as duas proposições são, em algum sentido, sobre as palavras (*Begriffsschrift*); ou a solução revisada, na qual os termos têm a mesma referência mas sentidos diferentes (*Sinn und Bedeutung*). Embora essa análise permita ver como uma sentença como (b) *poderia* ser usada para fazer uma afirmação analítica, não se segue que ela não poderia também ser usada para fazer uma afirmação sintética. E, de fato, algumas afirmações de identidade utilizando dois nomes próprios são claramente sintéticas; pessoas que argumentam que Shakespeare era Bacon não estão propondo uma tese sobre a linguagem. No que se segue, espero examinar a conexão entre nomes próprios e seus referentes de tal maneira que seja possível mostrar como ambos os tipos de afirmações de identidade são possíveis, e ao fazer isso, mostrar em que sentido um nome próprio tem um sentido.

Até agora, considerei a visão de que as regras que governam o uso de um nome próprio são tais que ele é usado para se referir a, e não

<sup>1</sup> Originalmente publicado em *Mind*, v. LXVII, n° 266, abril de 1958, pp. 166–173. Link para a publicação original: <http://mind.oxfordjournals.org/content/LXVII/266.toc> Traduzido por Jerzy Brzozowski; o tradutor gostaria de agradecer a Henrique de Lima Santos e Ani Marchesan pela revisão. Copyright da tradução: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2014. Esta tradução não pode ser publicada em outro meio sem a autorização expressa da Oxford University Press e do corpo editorial da revista *Gavagai*.

<sup>2</sup> *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, editado por Geach e Black, pp. 56ss.

<sup>3</sup> No original, “statements”. Procuramos manter a consistência com a qual Searle se vale desse termo, sempre traduzindo-o por “afirmação”, e utilizamos a já consagrada tradução “sentença” para “sentence”. [N. do T.]

<sup>4</sup> W.V. Quine, *De um Ponto de Vista Lógico*, especialmente cap. 2.

descrever, um objeto em particular, e que ele tem referência mas não sentido. Porém, perguntemo-nos como ocorre que sejamos capazes de nos referir |[168] a um objeto em particular utilizando seu nome. Como, por exemplo, aprendemos e ensinamos o uso dos nomes próprios? Isso parece muito simples – identificamos o objeto e, pressupondo que nosso aprendiz entende as convenções gerais que governam os nomes próprios, explicamos que esta palavra é o nome daquele objeto. Neste caso, ao menos que nosso aprendiz já saiba outro nome próprio do objeto, podemos apenas *identificar* o objeto (a preliminar necessária para ensinar o nome) através da ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, identificamos o objeto em virtude de algumas de suas características. Então, parece que as regras para um nome próprio devem, de algum modo, estar logicamente ligadas a características particulares do objeto de tal maneira que o nome tem um sentido além de uma referência; com efeito, parece que ele não poderia ter uma referência a menos que tivesse um sentido, afinal, a menos que tivesse um sentido, como poderia ser correlacionado ao objeto?

Suponha que alguém responda a esse argumento da seguinte maneira: “As características utilizadas para ensinar o nome não são as regras para usá-lo: são simplesmente dispositivos pedagógicos empregados para ensinar o nome a alguém que não saiba usá-lo. Assim que nosso aprendiz tenha identificado o objeto ao qual o nome se aplica, ele pode esquecer ou ignorar essas várias descrições através das quais identificou o objeto, pois elas não são parte do sentido do nome; o nome não tem um *sentido*. Suponha, por exemplo, que ensinemos o nome ‘Aristóteles’, explicando que ele se refere a um filósofo grego nascido em Estagira, e suponha que nosso estudante continue a usar o nome corretamente, que descubra mais informações sobre Aristóteles, e assim por diante. Suponha que se descubra mais tarde que Aristóteles não nasceu em Estagira, mas em Tebas. Nesse caso, não diríamos que o significado [*meaning*] do nome mudou, ou que Aristóteles não existiu. Dito de maneira breve, explicar o uso de um nome citando características do objeto não é fornecer as regras para o nome, pois as regras não têm nenhum conteúdo descritivo. Elas simplesmente correlacionam o nome ao objeto, independentemente de quaisquer descrições dele.”

Mas esse argumento é convincente? Suponha que a maioria ou até mesmo a totalidade de nosso conhecimento fatural sobre Aristóteles não se revelasse verdadeiro sobre ninguém, ou então fosse verdadeiro a respeito de diversas pessoas morando em diferentes continentes ao longo de diferentes séculos. Não diríamos, por essa razão, que Aristóteles não existiu, e que o nome, embora tenha um sentido convencional, não se refere a ninguém? Nessa alternativa, se alguém dissesse que Aristóteles não existiu, isso deveria simplesmente ser outra maneira de dizer que “Aristóteles” não denota nenhum objeto, e nada além disso; mas se alguém dissesse que Aristóteles |[169] não existiu, pode ser que essa pessoa queira dizer muito mais do que simplesmente que o

nome não denota ninguém<sup>5</sup>. Se, por exemplo, contestássemos essa afirmação, apontando para o fato de que um homem chamado “Aristóteles” viveu em Hoboken em 1903, nosso interlocutor não encararia isso como uma resposta relevante. Dizemos de Cérbero e Zeus que nenhum deles jamais existiu, sem significar que nenhum objeto jamais teve esses nomes, mas apenas que certos tipos (descrições) de objetos nunca existiram e tiveram esses nomes. Então, agora parece que os nomes próprios necessariamente têm um sentido, e que, apenas contingentemente, têm uma referência. Eles começam a se parecer mais e mais com abreviadas, e talvez vagas, descrições.

Tentemos resumir essas duas visões conflitantes: a primeira afirma que nomes próprios têm essencialmente uma referência, mas nenhum sentido – nomes próprios denotam mas não conotam; a segunda afirma que eles essencialmente têm um sentido e apenas contingentemente uma referência – só conseguem referir<sup>6</sup> sob a condição de que um e apenas um objeto satisfaz seu sentido.

Essas duas visões são caminhos que levam a sistemas metafísicos divergentes e grisalhos. A primeira leva a objetos últimos de referência, as substâncias dos escolásticos e os *Gegenstände* do *Tractatus*. A segunda leva à identidade dos indiscerníveis, e a variáveis de quantificação como únicos termos referenciais da linguagem. A estrutura sujeito-predicado da linguagem sugere que a primeira visão deve estar certa, mas o modo como usamos e ensinamos o uso de nomes próprios sugere que ela não pode estar correta: um problema filosófico.

Começemos examinando a segunda. Se for afirmado que cada nome próprio tem um sentido, deve ser legítimo perguntar a respeito de qualquer nome: “qual é seu sentido?”. Se for afirmado que um nome próprio é uma espécie de descrição abreviada, devemos ser capazes de apresentar a descrição que ocupa o lugar do nome próprio. Mas como devemos fazer isso? Se tentarmos apresentar uma descrição completa do objeto, como o sentido de um nome próprio, consequências estranhas ocorreriam: por exemplo, qualquer afirmação verdadeira sobre o objeto utilizando seu nome como sujeito seria analítica, qualquer afirmação falsa seria auto-contraditória, e o significado do nome (e talvez a identidade do objeto) mudaria a cada mudança do objeto, ou o nome teria diferentes significados para pessoas diferentes etc. Então, suponha que perguntemos quais são as condições necessárias e suficientes para aplicarmos um nome particular a um objeto particular. Suponha, para fins de argumento, que temos meios independentes para localizar um objeto; então, quais são as condições para aplicar um nome a |[170] ele? Quais são as condições para dizer, por exemplo, “este é Aristóteles”? À primeira

<sup>5</sup> Cf. Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, § 79.

<sup>6</sup> Embora o uso não-reflexivo e intransitivo do verbo “referir” não seja usual em português, optamos por mantê-lo na tradução em casos nos quais a alternativa — a locução “referir-se a algo” — dificultaria a compreensão da frase. [N. do T.]



vista, essas condições parecem ser simplesmente que o objeto deve ser idêntico ao objeto originalmente batizado com esse nome, de modo que o sentido do nome consista em uma afirmação ou conjunto de afirmações que apresente as características que constituem essa identidade. O sentido de “este é Aristóteles” poderia ser “este objeto é espacotemporalmente contínuo com um objeto originalmente chamado ‘Aristóteles’”. Mas isso não seria suficiente, pois, como já foi sugerido, a força de “Aristóteles” é maior que a de “idêntico a um objeto nomeado ‘Aristóteles’”, pois não é qualquer objeto chamado “Aristóteles” que servirá. “Aristóteles”, aqui, se refere a um objeto em particular chamado “Aristóteles”, não a qualquer um. “Chamado ‘Aristóteles’” é um termo universal, mas “Aristóteles” é um nome próprio, então “isto se chama ‘Aristóteles’” é, na melhor das hipóteses, uma condição necessária mas não suficiente para a verdade de “este é Aristóteles”. Resumidamente e trivialmente, aquilo que constitui as condições necessárias e suficientes para a verdade de “este é Aristóteles” não é a identidade deste objeto com qualquer objeto chamado “Aristóteles”, mas sim sua identidade com Aristóteles.

Talvez possamos resolver o conflito entre as duas visões sobre a natureza dos nomes próprios nos perguntando qual é a função exclusiva [*unique function*] dos nomes próprios em nossa língua. Para começar, os nomes próprios se referem predominantemente, ou pretendem se referir, a objetos particulares; porém, é claro que outras expressões, como descrições definidas e demonstrativos, também realizam essa função. Então, qual é a diferença entre nomes próprios e outras expressões referenciais singulares? Diferentemente dos demonstrativos, um nome próprio refere sem pressupor quaisquer preliminares ou condições contextuais de fundo para a enunciação [*utterance*] da expressão. Diferentemente das descrições definidas, em geral, os nomes próprios não *especificam* quaisquer características dos objetos aos quais se referem. “Scott” se refere ao mesmo objeto que “o autor de *Waverley*”, mas “Scott” não especifica nenhuma de suas características, enquanto “o autor de *Waverley*” refere somente em virtude do fato de que especifica uma característica. Examinemos essa diferença mais de perto. Seguindo Strawson<sup>7</sup>, podemos dizer que os usos referenciais<sup>8</sup> tanto dos nomes próprios quanto das descrições definidas pressupõem a existência de um e apenas um objeto que está sendo referido.

Como um nome próprio, em geral, não especifica nenhuma característica do objeto referido, pergunta-se: como ele consegue transmitir a referência? Como é que uma conexão entre nome e objeto chega a ser estabelecida? Para essa questão, que parece ser a crucial, pretendo responder dizendo que, embora os nomes

próprios normalmente não afirmem ou especifiquem nenhuma [171] característica, seus usos referenciais pressupõem que o objeto ao qual eles pretendem referir tenha certas características. Mas quais? Suponha que peçamos aos usuários do nome “Aristóteles” que nos digam quais fatos sobre Aristóteles eles consideram essenciais e bem-estabelecidos. Suas respostas seriam um conjunto de afirmações descritivas que se referem a um único objeto [*uniquely referring descriptive statements*]. Agora, o que estou argumentando é que a força descritiva de “este é Aristóteles” é asserir que um número suficiente, porém até agora inespecificado, dessas afirmações são verdadeiras a respeito do objeto. Portanto, usos referenciais de “Aristóteles” pressupõem a existência de um objeto a respeito do qual um número suficiente, mas até então inespecificado, dessas afirmações são verdadeiras. Usar um nome próprio referencialmente é pressupor a verdade de certas afirmações descritivas que se referem a um único objeto, mas não é comum realizar essas afirmações, nem indicar exatamente quais estão sendo pressupostas. E nisto reside a maior parte da dificuldade. A questão sobre o que constitui os critérios para “Aristóteles” é geralmente deixada em aberto, de fato raramente é levantada, mas quando é levantada, somos nós, usuários do nome, que decidimos de modo mais ou menos arbitrário quais serão os critérios. Se, por exemplo, das características que são tidas como verdadeiras a respeito de Aristóteles, descobríssemos que metade são verdadeiras a respeito de um homem e metade a respeito de outro, qual deles diríamos que é Aristóteles? Nenhum? Não há uma decisão padronizada a respeito de como responder essa questão.

Mas essa imprecisão a respeito de quais características constituem exatamente as condições necessárias e suficientes para a aplicação de um nome próprio seria um mero acidente, um produto do desleixo linguístico? Ou será que ela deriva da função que os nomes próprios realizam por nós? Perguntar pelos critérios para a aplicação do nome “Aristóteles” é perguntar, no modo formal, o que é Aristóteles; é perguntar por um conjunto de critérios de identidade para o objeto Aristóteles. “O que é Aristóteles?” e “quais são os critérios para aplicar o nome ‘Aristóteles?’” fazem a mesma pergunta. Portanto, se antes de usar o nome, concordássemos a respeito de quais características constituem a identidade de Aristóteles, nossas regras para o uso do nome seriam precisas. Mas essa precisão seria obtida apenas ao custo de que alguns predicados específicos seriam acarretados por meio de qualquer uso referencial do nome<sup>9</sup>. Com efeito, o nome em si se tornaria supérfluo, pois seria logicamente equivalente a este conjunto de descrições. Mas se esse fosse o caso, só conseguiríamos nos referir a um objeto ao descrevê-lo, enquanto na verdade é isso o que a instituição dos nomes próprios nos permite evitar, e o que distingue nomes próprios de descrições. Se os critérios

<sup>7</sup> “Sobre o referir”, MIND, 1950.

<sup>8</sup> Utilizamos essa expressão para traduzir *referring uses*, porque a julgamos menos problemática e ambígua que a alternativa “usos referentes”. Entretanto, o leitor deve atentar para o fato de que Searle não pode aqui estar pensando na distinção entre “uso referencial” e “uso atributivo”, uma vez que esta só seria proposta por Donnellan em 1966. [N. do T.]

<sup>9</sup> No original: “*But this precision would be achieved only at the cost of entailing some specific predicates by any referring use of the name*”. [N. do T.]

para [[172] os nomes próprios fossem sempre bastante rígidos e específicos, então um nome próprio não seria nada além de uma abreviação desses critérios, e um nome próprio funcionaria exatamente como uma descrição definida elaborada. No entanto, a singularidade e imensa conveniência pragmática dos nomes próprios em nossas línguas se devem precisamente ao fato de nos permitirem fazer referência a objetos sem que sejamos forçados a concordar sobre quais características exatamente constituem a identidade do objeto. Eles não funcionam como descrições, mas como ganchos para pendurar descrições. Assim, a frouxidão dos critérios para nomes próprios é uma condição necessária para isolar a função referencial da função descritiva da linguagem.

Dito de outro modo, suponha que perguntemos: “por que temos nomes próprios?” Obviamente, para nos referirmos a indivíduos. “Sim, mas as descrições poderiam fazer isso por nós.” Mas apenas ao custo de especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita: suponha que concordemos em abandonar “Aristóteles” e passemos a usar, digamos, “o professor de Alexandre”; assim, é uma verdade necessária que o homem ao qual estamos nos referindo é o professor de Alexandre – mas é um fato contingente que Aristóteles tenha sido professor de alguém (embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos algumas dessas propriedades não poderia ser Aristóteles).

É claro que não se deve pensar que o único tipo de frouxidão em critérios de identidade para indivíduos é esse que descrevi como peculiar aos nomes próprios. Usos referenciais de descrições definidas podem levantar problemas de tipo bem diferente a respeito da identidade. Isso é especialmente verdadeiro sobre descrições definidas no passado. “Este é o homem que ensinou Alexandre” pode acarretar, por exemplo, que este objeto é espaçotemporalmente contínuo com o homem que ensina Alexandre em outro ponto do espaço-tempo: mas alguém também poderia argumentar que a continuidade espaço-temporal desse homem é uma característica contingente, e não um critério de identidade. E a natureza lógica da conexão de tais características com a identidade do homem podem mais uma vez serem frouxas, e não estarem decididas antes que surja um questionamento. Mas elas são frouxas em uma dimensão diferente daquela na qual citei como a frouxidão dos critérios para a aplicação de nomes próprios; e isso não afeta a distinção de função entre descrições definidas e nomes próprios, a saber, que as descrições referem apenas em virtude do fato de que os critérios não são frouxos no sentido original, pois elas referem ao nos dizer o que o objeto é. Os nomes próprios referem sem sequer levantar a questão a respeito de o que o objeto é. [[173]

Agora, podemos explicar como é que “Aristóteles” tem uma referência, mas não descreve, e apesar disso a afirmação “Aristóteles

never existed” diz mais do que que “Aristóteles” jamais foi usado para se referir a qualquer objeto. O que a afirmação diz é que um número suficiente dos pressupostos convencionais, afirmações descritivas, e usos referenciais de “Aristóteles” são falsos. Precisamente quais afirmações são ditas falsas ainda não está claro, pois quais condições constituem exatamente os critérios para a aplicação de “Aristóteles” não é algo que foi estabelecido pela linguagem.

Podemos agora resolver nosso paradoxo: um nome próprio tem um sentido? Se perguntamos se os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos, a resposta é “não”. Mas se perguntamos se os nomes próprios estão ou não conectados logicamente com características dos objetos a que se referem, a resposta é “sim, de modo frouxo”. (Isso mostra, em parte, a pobreza de uma abordagem rígida do tipo sentido-referência, ou denotação-conotação, para problemas na teoria do significado.)

Podemos esclarecer esses pontos, comparando nomes próprios paradigmáticos com nomes próprios degenerados, como “O Banco da Inglaterra”. Para este último, parece que o sentido é dado de modo direto como em uma descrição definida; os pressupostos, por assim dizer, sobem à superfície. E um nome próprio pode adquirir um uso rígido descritivo sem jamais ter a forma verbal de uma descrição: para os que creem, Deus é justo, onipotente, onisciente etc., *por definição*. É claro que a forma pode nos enganar; o Sacro Império Romano não era nem sacro, nem Romano etc., mas era ainda assim o Sacro Império Romano. Novamente, pode ser convencional usar “Martha” como um nome apenas para moças, mas se eu chamar meu filho de “Martha”, posso enganar [*I may mislead*], mas não minto.

Agora, reconsidere nossa afirmação original de identidade, “Túlio = Cícero”. Uma afirmação feita usando essa sentença seria, sugiro, analítica para a maioria das pessoas; as mesmas pressuposições estão associadas com cada nome. Mas é claro que, se os pressupostos descritivos fossem diferentes, ela poderia ser usada para fazer uma afirmação sintética; poderia até mesmo representar uma descoberta histórica da maior importância.

